

Sobre a arte de conservar e restabelecer a saúde dos homens: formação e ofício de um médico ilustrado nas Minas colonial

Enviado em:

09/12/2012

Aprovado em:

04/2013

Lucas Samuel Quadros¹

Graduando em História pela UFOP

lucassquadros@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo tem como proposição discutir as principais questões e reflexos da medicina luso-brasileira na América Portuguesa após as Reformas da Universidade de Coimbra em 1772. Para tanto, tomará como fio condutor de compreensão do complexo contexto medicinal do Brasil colonial nos fins do século XVIII, o estudo de caso da trajetória profissional e social do médico doutor Luís José de Godói Torres, formado pela sobredita universidade. Intenta-se analisar, através do estudo biográfico do Dr. Godói, o esforço do Estado lusitano em instruir e instituir uma medicina nos moldes da Ilustração nos domínios ultramarinos, explorando como realmente as práticas e leituras medicinais se davam na vastidão geográfica e nas diversidades culturais e naturais da América Portuguesa e das Minas no período.

Palavras-Chave

História da medicina; Reformismo Ilustrado; Minas colonial

Abstract

This article is to propose and discuss the main issues reflexes medicine Luso-Brazilian Portuguese in America after the reform of the University of Coimbra in 1772. Therefore, take as a thread of understanding of complex medical context of colonial Brazil in the late eighteenth century, the case study of the trajectory of social and professional medical doctor Luís José de Torres Godói, formed by the aforesaid university. Intends to analyze, through biographical study of Dr. Godói, the State's effort to instruct Lusitanian and institute a medical illustration in the mold of the overseas dominions, really exploring how the practices and medicinal readings gave up in the vast geographical and cultural diversities in natural and Luso-America and Minas in the period.

Keywords

History of medicine; Reformism Illustrated; colonial Minas

1 Bolsista de iniciação científica (FAPEMIG). Membro do Núcleo de Estudos sobre o Corpo (NEC) e do Núcleo de Estudos sobre Justiça, Administração e Luta Social nas Minas (JALS).

A História da Medicina e os estudos biográficos: o caso do Dr. Luís José de Godói Torres

Os estudos biográficos nunca estiveram ausentes das reflexões historiográficas, contudo, cada vez mais as trajetórias individuais dos sujeitos de variadas posições e camadas sociais vêm tomando espaço nas pesquisas históricas no que diz respeito aos estudos de História cultural e social. Se, por muito tempo, as trajetórias foram vistas como modelos tradicionais mais preocupados com os grandes fatos do que com as estruturas sociais e culturais, a retomada desse campo de investigação traz vieses preocupados em questionar as tensões entre o indivíduo e sociedade no que diz respeito às especificidades individuais e dos contextos que os circundam.

Teresa Malatian (2008: 21) propõe que,

no lugar da linearidade factual da curta duração centrada na cronologia do tempo curto do indivíduo, a tendência passou a ser o estabelecimento de relações desta com o contexto econômico, político e social, cultural, no qual se insere e desenvolve uma vida e que esclarece trajetórias num campo de possibilidades de escolhas e exploração, no qual se exerce a ação individual.

157

Ou seja, afasta-se da ideia da narrativa cronológica de curtos espaços e experiências de vida, e passa-se a estabelecer análises articuladas entre às micro e macrosociológicas. Análises que não devem deixar de considerar as individualidades de cada agente na sociedade a qual se insere, potencializando a investigação da ação individual dos sujeitos nas ambiências em que estão inseridos.

Portanto, entende-se que as biografias e trajetórias se mostram como ricos percursos para o estudo de várias temáticas, dentre as quais, se elegeu a História da Medicina. A experiência individual de um médico ilustrado das Minas do fim do século XVIII consiste em uma oportunidade para a análise do contexto medicinal luso-brasileiro, sobretudo, pós as Reformas Universitárias de 1772. Nesse sentido, a ideia é trazer à apreciação e discussão parte das inúmeras possibilidades que a trajetória social, profissional e política do médico Luís José de Godói Torres oferece aos estudos da História da Medicina e da experiência do pensamento ilustrado no Brasil colonial.

O médico Luís José de Godói Torres foi uma das mais notórias figuras no que diz respeito à medicina mineira no período colonial. Formado na Universidade

de Coimbra reformada segundo os Estatutos de 1772, a trajetória profissional do Dr. Godói é marcada por um amplo leque de atuações dentro da medicina e áreas que se correlacionavam com ela no período em que se trata. Até onde se sabe, nenhum outro médico egresso de Coimbra após as Reformas de 1772 alcançou tão altas distinções dentro do cenário medicinal mineiro.

Tal afirmação se baseia na pesquisa realizada em alguns fundos documentais relativos às cidades de Mariana e Vila Rica no período colonial. Foram analisadas as correspondências do Governo da Capitania de Minas e do Ministério Estado de Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos presentes na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino organizada pelo Projeto Resgate. Entre os anos de 1795 e 1824, respectivamente os anos de formatura e falecimento do Dr. Godói, foram encontradas 24 correspondências que versavam sobre a medicina na capitania e suas vilas. Destas, 8 tinham ligação direta com o Dr. Luís José. Dessa documentação, se obteve maior parte das informações concernentes a ancestralidade do Dr. Godói e da sua notável ascensão nos primeiros anos de carreira.

158

Outras 17 correspondências da *Coleção Casa dos Contos e José Bonifácio* da Biblioteca Nacional proporcionaram importantes informações acerca da ida do então jovem Luís José à Coimbra e das redes de sociabilidades que o estudante formou em Coimbra.

A partir das pistas obtidas nas correspondências, foram buscadas informações complementares em outros fundos documentais. Realça-se os 9 inventários e testamentos da Casa Setecentista de Mariana onde se encontrou importantes informações acerca dos parentes próximos do médico sobredito, principalmente àqueles que de alguma maneira foram preponderantes para a formação e obtenção de cargos de Luís José. A partir da rede de nomes que ia se obtendo paulatinamente na pesquisa, buscas onomásticas também foram feitas no acervo digital do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, sendo encontradas poucas referências correlacionadas nos dois últimos.

O volume de informações obtidas sobre um sujeito apenas, dá pistas de que realmente se trata de um indivíduo distinto na sociedade a qual pertencia. Da mesma maneira, a pesquisa proporcionou um panorama da importância de Luís José de Godói Torres no contexto medicinal das Minas no final do século XVIII e início do XIX.

A investigação acerca da formação, leituras e atuações do Dr. Godói é

capaz de proporcionar um panorama de como se davam as tentativas do Estado Português em estabelecer a Medicina nos moldes iluministas nos longínquos e vastos domínios do América, bem como se davam as estratégias de ascensão social e profissional desses sujeitos, uma vez enquadrados num patamar de alta diferenciação social garantida pelos estudos na Universidade de Coimbra. Este fator, em principal, propiciava diversas oportunidades de ascensão no seu ofício, uma vez que a política pombalina estabelecia critérios científicos nas escolhas dos cargos públicos da administração portuguesa. Desta forma, os primeiros campos de atuação foram galgados, petições foram efetuadas, contatos foram estabelecidos e cargos foram concedidos.

A medicina nas Minas do século XVIII e as Reformas Universitárias de 1772

As descobertas das minas de extração aurífera no final do século XVII legariam ao século XVIII uma considerável reversão no quadro administrativo português em relação aos seus domínios americanos. O *rush* demográfico e a intensificação da ocupação territorial dos sertões da América Portuguesa fizeram com que a Coroa organizasse uma efetiva estrutura administrativa que garantiria a ordem e a tributação nas Minas do Ouro através das Vilas e Câmaras que foram erguidas nessas regiões (ALMEIDA, 2010).

159

As oportunidades de enriquecimento que a mineração ofertava, trouxe para Minas um grande êxodo de pessoas livres e seus escravos, e conseqüentemente, manifestaram-se diversas doenças ocasionadas principalmente pela rápida acentuação demográfica da região. A sociedade, que era composta por uma população com formas de alimentação, vestimentas, moradias e rotinas de trabalho majoritariamente precárias, fez com que Minas chamasse a atenção das autoridades no que diz respeito à questão da salubridade dos espaços e pessoas que circulavam por eles. Desta forma, o Governo tentava regular a saúde dos povos através de legislações e fiscalizações, ao passo que ansiava em conhecer mais acerca das principais doenças que ali se manifestavam (FURTADO, 2005).

Tratados de Medicina e Cirurgia foram escritos com base em procedimentos de cura e observações realizados nas Minas, sobretudo na primeira metade do século XVIII. Assim, Minas Gerais se tornou um fértil laboratório de experimentos práticos de conhecidos médicos e cirurgiões portugueses, como no caso do Luís Gomes Ferreira e o *Erário Mineral* (1735); José Antônio Mendes e seu *Governo de Mineiros* (1770); e João Cardoso de Miranda que escreveu a *Relação cirurgica*,

e médica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecção escorbutica (1741) e a *Prodigiosa lagoa descoberta nas congonghas das Minas do Sabará* (1749)(FURTADO, *op. cit.*).

Mais do que conhecimentos obtidos acerca das doenças e procedimentos de cura, esses tratados davam parecer a Coroa da situação da saúde dos povos das Minas e de como se davam as práticas medicinais na região, constando muitas das vezes, críticas dos autores a hábitos insalubres da população e de métodos supersticiosos de cura empregados nas doenças. De certa maneira, esses tratados de medicina prática orientavam a forma do governo português quanto à questão do exercer de Medicina nas Minas².

Leis reguladoras foram baixadas e medidas de coerção foram impostas na tentativa do Estado em combater o charlatanismo e as práticas de medicina supersticiosa. Porém, legislações como as do *Regimento e foros de ley que devem observar os comissários do fisico-mor no estado do Brasil* e o *Regimento dos preços dos medicamentos*, ambos de 1744, encontraram grande resistência em território mineiro. Além da escassez de oficiais de cura que poderiam atuar legalmente nos Termos das Vilas, a vastidão territorial dificultava uma ação fiscalizadora e coerciva efetiva do Estado. Ademais, os saberes de cura ditos não legalizados, eram mais acessíveis e gozavam de certa legitimidade tanto nos extratos sociais mais baixos, quanto nos mais altos das sociedades da América Portuguesa(RIBEIRO, 1997). Esse quadro só obteria uma reversão considerável quando do início do Período Pombalino e da Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772. As reformas dos *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772 – Curso das Ciências Naturais e Filosóficas*³ – que constavam as orientações do curso de Medicina – foram a primeira e primordial ação para superação do descompasso que marcava a Medicina no Reino de Portugal e seu atraso científico em relação as

160

2 Segundo Márcia Moisés Ribeiro, nos finais do século XVII e início do XVIII houve um aumento da produção de livros voltados para o contexto colonial. A nítida preocupação que se começa a ter com a saúde dos povos – e sobretudo, com a dos escravos – demonstra que o Estado associava o corpo sadio a força de trabalho, e conseqüentemente, a lucratividade econômica do Estado.(RIBEIRO, 1997)

3 *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772*(Livro III) – *Curso das Ciências Naturais e Filosóficas*. Coimbra: Por ordem de Sua Majestade, 1772.

demais nações europeias⁴.

Neste momento, de fato, começou-se a colocar em prática um projeto pedagógico que formaria os homens capazes de levar a Portugal e seus domínios ultramarinos os ideias de uma medicina moderna calcada no cientificismo do Iluminismo Europeu⁵. Ao mesmo passo, começou-se a construir com bases no experimentalismo o alicerce sobre qual se erguia toda uma concepção de saber(ABREU, 2011).

Além de um amplo conteúdo teórico nos primeiros dois anos de curso, fundado basicamente nas lições de História Natural e Filosofia, as técnicas medicinais práticas e os experimentos empíricos passariam a demandar bastante tempo da carga-horária dos estudantes de medicina em Coimbra. Nesse sentido, notáveis foram os avanços no que diz respeito à anatomia. Tentava-se afastar a ideia da cirurgia como ofício mecânico através dos estudos e dissecações de cadáveres humanos realizados cada vez mais comumente. Aproximava-se assim, o conhecimento prático do corpo ao conhecimento teórico da medicina. Pode se dizer que as Reformas como um todo, se voltariam para formação teórica dos alunos com intuito de melhor amparo nas observações práticas, e esses alunos ali formados, teriam as habilidades científicas condicionadas as demandas de expansão das Luzes ao Império Português(ABREU, *op. cit.*).

161

E toda essa reorientação seria preponderante para que se realizasse o cumprimento efetivo das legislações de saúde e medicina que desde o início do século XVIII o Estado português tentava estabelecer. Ou que pelo menos a ação fiscalizadora se acentuasse. Segundo Ruth Maria Gauer(1996: 99),

a formação de médicos preparados para experiência e observação nos hospitais construiu um saber que deu condições de controle político científico do meio, vale dizer: da cidade, do subúrbio, da comunidade.

4 Em meados do século XVIII, começaram a surgir em Portugal obras como *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se* (1777) e *Tratado da conservação da saúde dos povos* (1756), de Antônio Nunes Ribeiros Sanches, *Verdadeiro método de estudar* (1746), de Luis Antônio Verney, e *Reino da estupidez* (1818), Francisco de Melo Franco, que criticavam principalmente os arcaicos modos de ensino de medicina no Reino de Portugal em consonância com outras nações europeias no mesmo período. As críticas fundamentavam-se principalmente na ausência do ensino de anatomia em peças humanas na Universidade, no pensamento escolástico e galênico e os ainda presentes misticismos nos autores trabalhados pelos lentes nas aulas(RIBEIRO, *op. cit.* pp.117-36).

5 Segundo Carlota Boto, foi no curso de Medicina que houve as mudanças mais radicais da Universidade de Coimbra pós 1772. Chegando-se a ter maior número de lentes jubilados – 13 ao todo – o curso de medicina se reorientou completamente ao racionalismo que se introduzia com os estudos obrigatórios de Matemática, Fisolofia e História Natural presentes no novo currículo(BOTO, 2011).

[...] O sistema médico implantado pela Reforma de 1772 aponta para a coexistência de uma medicina assistencial, administrada pela autoridade científica médica cujo conhecimento adquirido lhe garantia o controle da saúde pública ao mesmo tempo que o da medicina privada, que beneficiava quem tinha meios para pagar.

Não havendo uma universidade na América Portuguesa, e conseqüentemente as Minas, tinha-se como referencial pedagógico a Universidade de Coimbra. Em consonância, os médicos encarregados de dissiparem o projeto português de modernização do Estado no que diz respeito à salubridade dos povos e às práticas de cura, seriam prioritariamente formados na dita Universidade.

Estudantes brasileiros em Coimbra

No final dos setecentos, a administração portuguesa iniciaria uma política de cooptação e incentivo de filhos da elite colonial da América a ingressarem sua formação na Universidade de Coimbra. A ausência de instituições de ensino superior na Colônia, somada a necessidade Portugal em formar indivíduos capazes de levarem ao ultramar a modernização do Estado lusitano, corroboraria a formação de uma nova geração da elite luso-brasileira de indivíduos inseridos no pensamento ilustrado em voga na Europa (GAUER, *op.cit.*).

Francisco de Morais (1940) apontou que no período entre a Reforma de 1772 e a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, 608 estudantes brasileiros passaram pela Universidade de Coimbra. E dentre este número contabilizado por Morais, 18 estudantes mineiros ingressaram no curso de Medicina. Quando retornavam a América, estes doutos egressos da Universidade galgavam prioritariamente cargos administrativos no Governo português (CRUZ e PEREIRA, 2009b).

Segundo a listagem de estudantes brasileiros em Coimbra de Francisco de Morais, o mineiro Luís José de Godói Torres, filho de Domingos Gonçalves Torres, iniciou seus estudos no ano de 1784 no curso de Matemática em regime

ordinário⁶. Apesar de nos registros de Francisco Morais Godói Torres aparecer no curso de matemática no referido regime – enquadrado naquele grupo de alunos que realmente queriam seguir a carreira em áreas de atuação que exigiam avançados conhecimentos matemáticos –, não se pode afirmar que a medicina não fosse sempre o primeiro desejo do Dr. Godói⁷.

Contudo, o jovem Luis José sabia que se quisesse adentrar nos estudos de medicina deveria passar por rígidos pré-requisitos e obter conhecimentos em grego, latim e línguas vivas na Europa que talvez só fossem propícios através da Universidade de Coimbra. Dentre os pré-requisitos, constava que os pretensos estudantes em Medicina, deveriam passar antes pelas matérias de Geometria, Cálculo, Cinética e Dinâmica do curso de Matemática, bem como as disciplinas de Lógica, Moral, História Natural, Física Experimental e Química do curso de Filosofia(CRUZ e PEREIRA, 2009b).

Desta forma, permanece por ora essa incógnita quanto aos reais desejos primeiros de Godói em relação à sua formação superior⁸. Se por um lado até o momento não foi encontrado nenhum documento que comprove que Godói tenha obtido o diploma de matemático em Coimbra, o dito médico chegou a atuar como

6 O regime ordinário de estudos destacado por Morais se trata do modelo em que o estudante ingressava no curso com o objetivo de seguir carreira na mesma área, diferentemente do regime obrigatório em que ingresso deveria cursar algumas áreas com intuito de inserção em outro curso posteriormente, como se algumas graduações fossem requisitos de entradas em outras. A rigor, nenhum estudante da Universidade de Coimbra pós 1772 deveria iniciar o curso escolhido sem antes passar pelas matérias dos cursos ditos filosóficos. Estes se tratavam daqueles onde se tinham altas cargas de discussão em filosofia, como no caso da Matemática, Ciências Naturais e da Filosofia propriamente dito. A filosofia se destaca no processo de modernização do ensino na Universidade de Coimbra pós 1772. Entendia-se na matéria a “Ciência Geral do homem, que abraça, e compreende todos os conhecimentos, que a luz da Razão tem alcançado, e há de alcançar em Deus, no Homem, e na Natureza”(Estatutos... 1772: 2) (CRUZ e PEREIRA, 2009b).

7 Entende-se que os matemáticos, juntamente com os naturalistas, estavam em alta na conjuntura política educacional pombalina e que as chances de se conseguir bons cargos no governo eram grandes, uma vez diplomado como matemático(CRUZ e PEREIRA, 2009a).

8 Ressalta-se que se supondo que Godói realmente tenha se formado em Matemática – mesmo não sendo encontrado nada que o denote até então –, e o diploma permanece desconhecido até o momento da pesquisa, o tempo de atuação de Luís de Godói Torres na carreira de matemático fora muito curto. Ao contrário do que diz o levantamento de Morais, que Luis José de Godói Torres adentrou ao curso de Medicina em Coimbra no ano de 1790, o diploma de médico de Godói data a sua entrada exatamente no dia 20 de julho de 1789(Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 178; Documento 50. 30/12/1805; fl.17.). Ou seja, segundo a listagem de Morais, se o primeiro registro de ingresso de Godói diferentemente do segundo estiver certo, Godói teria se formado em Matemática aproximadamente em 1788. Tomando nota de que o tempo de formação era em média de 4 anos(FIGUEIREDO, 2011), no ano seguinte, em 1789, Luís José já iniciaria a sua graduação em outra área.

fiscal da intendência na Real Fazenda de Fundição de Vila Rica por cerca de um ano em 1801, quando já era médico formado há 6 anos⁹.

Há indícios de que Luís José de Godói tenha adentrado em Coimbra efetivamente no ano de 1784, como consta dos registros apresentados por Moraes. Em maio de 1783, o Juiz de Fora da Cidade de Mariana, Inácio de Souza Rebelo, pediu para que o contrador João Rodrigues de Macedo intercedesse pela ida de Luís José de Godói Torres para Coimbra com todas as suas necessidades sendo assistidas¹⁰. O pedido foi deferido, e João Rodrigues de Macedo, pediu ao irmão Bento Rodrigues de Macedo, residente em Coimbra, que assistisse o jovem no tempo que ele permanecesse na Universidade. Godói demandava as quantias de cem mil réis anuais para moradia, e, sete mil e duzentos réis mensais para gastos com alimentação, vestuário e estudos¹¹.

Levando em consideração tais indícios, Luis José ingressou em Coimbra aos 23 anos¹². Naquele ano, 22 brasileiros ali iniciariam seus estudos em Matemática, Filosofia, Direito e Medicina. Dos 22, predominavam os mineiros, totalizando ao todo 8 matriculados, enquanto das demais localidades do Brasil haviam 5 baianos, 4 cariocas, 3 paraibanos e 2 pernambucanos(MORAIS, *ibdem*: 176-9).

164

No período de permanência desses indivíduos em Coimbra, as primeiras redes de sociabilidade, tanto entre brasileiros quanto com metropolitanos eram criadas. Caio Boschi(1991)imbuído em reconstruir a gênese da formação da elite intelectual mineira nos fins do século XVIII destaca que nomes que aqui atuaram juntos em mesmas empreitadas, possivelmente começaram a tecer no Reino os laços firmados na Colônia. Ainda segundo Boschi(*ibdem*: 108),

na Universidade, estimulava-se um clima de entrosamento entre metropolitanos e brasileiros em benefício dos interesses estatais. Intelectualmente, aliás, mesmo depois de retornados ao Brasil, os parâmetros e os padrões que seguiam eram os da urbe coimbrã, em patente evidência da fusão de comportamento que aglutinava a elite dos dois polos do Império.

9 Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 178; Documento 50. 30/12/1805; fl.2v.

10 Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos – Coleção Casa dos Contos – I-10, 16, 014, nº001.

11 Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos – Coleção Casa dos Contos - I-10, 18, 026, nº001.

12 Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários. 1º ofício. Códice 33. Auto 786. Inventário de Domingos Gonçalves Torres; 1761; fl. 6. Godói aparece como o mais novo de 4 irmãos no rol de herdeiros do pai.

Com Godói Torres não se deu de maneira diferente. Dos mineiros matriculados em 1784, encontrou-se até o momento registros de convivência posteriormente ao período da Universidade, apenas com o cânone João Saião¹³. O que não quer dizer que laços foram realizados com sujeitos que chegaram posteriormente ou anteriormente em Coimbra, como no caso de José Bonifácio de Andrada e Silva, que talvez tenha sido o contemporâneo e amigo pessoal mais notável do Dr. Godói¹⁴.

Godói voltou para as Minas por volta do ano de 1795. Como doutor e bacharel em medicina pela Universidade. Realça-se aí, que o tempo em que esses estudantes passavam em Coimbra, obtinham mais do que títulos e graus que os dariam prestígio quando da volta às suas localidades. Esses estudantes conformariam redes de sociabilidade com indivíduos de diferentes partes da metrópole e colônia(CRUZ & PEREIRA, 2009b). Ao mesmo tempo conheceriam o cotidiano da metrópole que em outrora possivelmente seria de unimaginável. Ou seja, além de graduados, voltariam com experiências que os diferenciariam ainda mais da maioria que vivia na colônia. Mais do que um projeto de modernização, as Reformas de 1772 e a política de cooptação colonial aproximaram o conhecimento da Universidade de Coimbra às demandas dos domínios ultramarinos.

165

As primeiras atuações e ascensão profissional do Dr. Godói

O primeiro cargo público obtido pelo Doutor Godói foi o de Médico do Partido da Câmara no ano de 1797. Neste ano, a Câmara de Mariana redigiu uma representação ao próprio rei de Portugal solicitando a nomeação do Dr. Godói, sob a alegação dos vereadores de que faltavam conhecimentos medicinais necessários

13 João Luiz de Souza Saião é o denunciante de um processo que apurou uma ação de infâmia religiosa supostamente proferida por Luis José de Godói Torres. Segundo Saião, o Dr. Godói defendia publicamente a ideia de que o Papa fosse destituído de autoridade temporal e ficasse apenas na instância espiritual, como fizeram os franceses. Arquivo Nacional da Torre do Tombo(Torre do Tombo Online). Avulsos. Autos da Inquisição de Lisboa. Maço 1119. Auto15549.

14 Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos – Coleção José Bonifácio – I-4, 32, 080; 25/10/1801. José Bonifácio ingressara em Coimbra um ano antes de Luís José, em 1783 na faculdade de Direito, e mais tarde obteria os títulos de Filosofia em 1787, Direito em 1802 e doutor em Filosofia em 1802(MORAIS, *ibidem*: 176). Comumente apontado na historiografia como “o patriarca da independência do Brasil”, Bonifácio dedicou boa parte da sua vida aos estudos na Universidade de Coimbra. O jovem começou a despontar como reconhecido mineralogista ainda durante sua graduação em Filosofia, sendo aluno e tendo expedições confiadas por nomes famosos como Werner e Vandelli(KURY, 2004).

e próprios ao então Cirurgião do Partido, Manoel Torres de Abreu, e que Luis José de Godói Torres era o único médico bacharel formado em Coimbra morador no Termo da Leal Cidade de Mariana. Pelo ordenado de 200 mil réis anuais, entre as atribuições do Dr. Godói estavam oferecer assistência aos pobres necessitados, aos órfãos, aos presos da cadeia e realizar os exames de corpo de delito.

Dois anos depois, a Câmara de Vila Rica, então capital de Minas Gerais, pedia para que o Governador Bernardo José Lorena e Silveira intercedesse junto a D. Rodrigo de Sousa Coutinho – Ministro do Estado de Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos da Coroa Portuguesa – para que o Doutor Luís José de Godói Torres logo fosse nomeado Médico do Partido da Câmara da dita Vila.¹⁵

Ressalta-se nesse ponto, o nome e o peso do diploma que a Universidade de Coimbra tinha nesse momento, mesmo nas partes periféricas do Império. O vereador requerente da procuração, Francisco da Costa Azevedo, é conciso em incorporar à sua súplica o pedido de que, em caso de ausência ou desligamento de Godói do cargo, deveria ser atribuído à cidade outro bacharel formado em Coimbra para exercer a função¹⁶.

166

Ainda quanto à petição da Câmara de Mariana, o peso do diploma da Universidade de Coimbra, somado ao fato de Godói ser morador natural do Termo de Mariana, justificariam a autorização do médico para o exercício do ofício. Já na representação acerca do cargo de Vila Rica, as habilidades técnicas e científicas de Godói foram apresentadas e endossadas pela assinatura e indicação pessoal do próprio governador Bernardo Lorena, figura que era conhecida por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Lorena era conhecido também, entre a administração do império português por sua dedicação e compromisso com o avanço das áreas e técnicas de exploração natural da flora e fauna da América Portuguesa, sobretudo no que tange a agricultura(PINTO, 2010).

Sob a égide do governo de Lorena em Minas, outro nome ganharia destaque na conjuntura do governo português do período. Também citado na representação da câmara de Vila Rica para legitimar os conhecimentos de Godói acerca das plantas medicinais do Reino, Joaquim Veloso de Miranda foi um naturalista de intensa vida científica em Minas Gerais. Depois de retornar de Coimbra em 1779, como bacharel e doutor em Filosofia Natural, Miranda se envolveu em diversas

15 Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. CD 43; Caixa 148; Documento 8; 13/03/1799.

16 Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. CD 42; Caixa 143; Documento 46; 28/08/1797.

pesquisas científicas patrocinadas pelo governo de Portugal, em especial na área de botânica. Seus esforços e habilidades foram coroados, em 1799, com a inauguração do Horto Botânico de Vila Rica, seu principal projeto. Logo depois foi nomeado Secretário de Governo da Capitania de Minas Gerais (MAIA, 2012).

Juntamente como Joaquim Veloso de Miranda, o Dr. Godói trabalhou no advento do Jardim Botânico como ajudante de Joaquim Veloso de Miranda. Quando Bernardo Lorena, em nome da câmara de Vila Rica, solicitou a nomeação de Godói para médico do partido, este e Veloso de Miranda já faziam os últimos ajustes no imponente horto erguido ao lado da Casa de Fundação de Vila Rica. A dita representação em questão é datada exatamente do dia 13 de março de 1799 e era bem clara quanto à contribuição de Godói na construção do horto. Todavia, a prestação de contas por D. Rodrigo, solicitante da empreitada, viria somente no dia 10 de maio do mesmo ano¹⁷.

Godói Torres já era médico do partido de câmara de Mariana quando se envolveu com os encargos do horto de Vila Rica. A ordem para que fosse erguido o jardim partiu de Coutinho para Lorena em novembro de 1798, mas apenas meses depois, já no ano seguinte, os préstimos de Godói se fizeram necessários. Isto ocorreu devido aos frequentes impedimentos e ausências de Veloso de Miranda nos trabalhos, o que demandou a contratação de um ajudante ao custo de 200 mil réis anuais.

Os critérios que fizeram que Lorena e Miranda escolhessem Godói para tal trabalho, fundamentaram-se, sobretudo no conhecimento do médico sobre plantas medicinais da região. Também pelo fato de que assim como Joaquim Veloso, Luis Godói formou-se na Universidade de Coimbra após a Reforma de 1772 e tiveram professores em comum, como no caso do conhecido naturalista italiano Domingos Vandelli(MAIA, 2009).

Posteriormente apenas ao Horto do Grão-Pará, o Jardim Botânico de Vila Rica foi o segundo de toda a América Portuguesa. Já no seu primeiro ano de funcionamento já contava com mais de 500 espécies aclimatadas e catalogadas. Feito esse, que mereceu as congratulações do Príncipe Regente Dom João VI. Todavia, as parabenizações viriam acompanhadas de outra responsabilidade, já que em 1800, Dom João e o Ministério dos Domínios Ultramarinos mandaram investigar se haviam naquela região plantas que poderiam ser utilizadas na

17 Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. CD 43; Caixa 148; Documento 36; 10/05/1799.

fabricação de papel. O trabalho demandou ao diretor Miranda e seu assistente Godói, a análise de 18 espécies em 9 meses de trabalho(MAIA, *op. cit.*, 2012).

Os estudos sobre a flora brasileira nesses hortos foram de fundamental aproveitamento a economia do estado português naquela conjuntura. Os envolvidos nesses projetos, mesmo antes de ressaltarem as importâncias científicas dos experimentos, enalteciam os benefícios que as descobertas resultavam a Real Fazenda e ao Erário Régio. E tudo que era descoberto na colônia, era efetivamente remetido ao Reino. Talvez por isso, tenha sido tão ampla a produção de conhecimento mineralógico e botânico que se obteve da América Portuguesa nos fins do século XVIII e início do XIX(SILVA, 1999).

A historiografia especializada na temática frequentemente aponta o Ministério Ultramarino, a Universidade de Coimbra e a Real Academia de Ciências de Lisboa – instituições subsequentes ao poder monárquico lusitano – como os principais pilares da política de conhecimento e exploração dos recursos naturais da América Portuguesa. E nessa ambiência,

o absolutismo ilustrado português do período de reinado de D. Maria I e regência do príncipe Dom João mostrou que era capaz de criar formas específicas de ordenamento do mundo natural das colônias, como uma força remobilizadora do Império Colonial. Das “produções naturais da colônia” viria a fonte capaz de contribuir para a retirada do Reino português do estado de defasagem econômica em relação aos países além-pirineus.(VARELA, 2006: 64)

168

O conhecimento que Godói tinha para exercer funções de tais prestígios se mostra inegável. Dessa forma, é preciso refrisar que para além da formação de ponta que Universidade de Coimbra proporcionava, é provável que boa parte dos conhecimentos do Dr. Godói foram adquiridos nos livros de sua admirável biblioteca. No período em Coimbra, provavelmente constituiu-se maior parte do notável montante de livros do bacharel. Constituído por 92 tomos divididos em 38 títulos¹⁸, o universo de leitura do Doutor, pode ser considerado de ponta para o período, e conseqüentemente um elemento de distinção social e profissional, levando em consideração o acesso à leitura, em maior parte, estrangeira.

As leituras de autores como Willian Cullen, Tissot e Boerhaave – autores embaçados de ideais profiláticos do final do século XVIII – denotam que basicamente as leituras do médico permeavam o que estava em voga nas discussões

18 Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários. 1º ofício. Códice 109. Auto 2244. Inventário de Luis José de Godói Torres.

medicinais do período: a ideia da instrução de prevenção de doenças aos povos mais longínquos para que esses figurassem como seus próprios médicos (ABREU, 2007). Inclusive, eventualmente, constavam nesses tipos de obras inventários de plantas medicinais normalmente acessíveis, bem como formas simplificadas de preparação e dosagem dessas substâncias medicinais.

Na biblioteca do Doutor, um aspecto que chama a atenção é a total ausência dos populares títulos de cirurgia prática, como no caso dos sobreditos, *Erário Mineral* de Luís Gomes Ferreira e do *Governo de Mineiros* de José Antônio Mendes. Acentua-se mais a surpresa quando se leva em consideração que os livros mencionados foram redigidos com base em experiências curativas nas Minas, terra natal de Godói e onde atuaria como médico.

Contudo, o motivo da inexistência dos sobreditos livros pode ser explicado pelo fato de que um dos principais objetivos da reformulação dos *Estatutos* em 1772 era o de romper com a tradição escolástica. Tradição essa, que Luis Gomes Ferreira, José Antônio Mendes, João Curvo de Semedo – muito popular e também inexistente na biblioteca de Godói –, dentre outros se enquadram. Mesmo a medicina hipocrático-galênica – que encharca as páginas do *Erário Mineral* – já não era bem vista entre os lentes da Universidade de Coimbra (ABREU, *op. cit.*, 2011: 17-52).

169

Se a leitura era um dos pilares de sucesso profissional no período, era preciso estar em acesso com o que se tinha de mais requintado no período. Chama-se a atenção pra dois aspectos nesse sentido. O primeiro é o da circularidade de leituras entre professores e médicos de toda a Europa. Na biblioteca de Godói, por exemplo, constam títulos em português, francês, inglês, espanhol/castelhano e latim. Outro aspecto é da paulatina busca por conhecimentos modernos. Os clássicos “canonizados” da medicina não tinham mais tanta importância quanto em outrora. Começava a se conformar nas bibliotecas e nos circuitos acadêmicos medicinais um conhecimento mais globalizado e atualizado de acordo com seu tempo e as conseqüentes demandas. Os vários volumes dos mesmos títulos – no caso de Godói, por exemplo, haviam 10 volumes de uma mesma obra não identificada de Tissot – também dão indícios de tal fato (BOTO, *op. cit.*).

Boa parte dessas obras também estavam enquadradas acentuadamente na proposta do Reformismo Ilustrado português de conhecimento e aproveitamento dos recursos naturais no Reino em benefício da Real Fazenda. O tipo de literatura que constava basicamente em sua biblioteca, somada a sua formação em Coimbra, lhe davam visibilidade de médico notável das Minas e grande conhecedor da flora

medicinal da região.

Realça-se a importância que a leitura e os livros começam a tomar no espaço colonial, principalmente no que trata as práticas medicinais. A cultura do conhecimento passado pela oralidade e empirismo, começa a ser rechaçado paulatinamente pelo conhecimento escrito. A concepção do período girava em torno da ideia que só o conhecimento escrito, concebido como padronizado, poderia combater o descompasso entre as práticas de cura nos vários territórios do Império Português, e conseqüentemente, coibir o charlatanismo e o misticismos amplamente empregados entre pessoas de várias regiões e extratos sociais(BOTO, *op. cit.*).

Assim como as leituras, a formação e o legado de permanência em Coimbra – os conhecimentos, hábitos e as redes de sociabilidades – formados no Reino refletiram-se na Colônia. Legislações, indivíduos, projetos e práticas se impuseram, afirmaram, negaram e se conformaram de acordo com o contexto americano.

Em tempo, destaca-se um importante ponto a ser mencionado nesse estudo. Não foi encontrado no arrolamento de Luis José nenhum bisturi, estojo, lanceta, instrumentos de botica ou qualquer outro que remeta à medicina. Entende-se assim que a prática curativa direta não fazia parte do universo de atuação do Doutor, pelo menos não no fim de sua vida. Caso contrário, possivelmente encontrar-se-ia indícios de atividades clínico-cirúrgicas entre os bens do Doutor.

A ausência de instrumentos de ofício medicinal entre os bens do Dr. Godói dão vestígios de que a reorientação da formação desses indivíduos pós 1772 poderiam também estar assentadas em outros vieses; os da arte de governo dos vastos domínios ultramarinos.

Apesar de todo o esforço na reformulação do conteúdo empírico e prático previsto nos *Estatutos*, o tinteiro esteve mais presente nas mãos Dr. Luis José do que os bisturis. Talvez sejam esses os maiores reconhecimentos e contradições da vida profissional do Dr. Godói e de outros médicos com trajetórias similares. O reconhecimento que atuação em importantes cargos do governo, ao mesmo tempo denota uma crucial contradição: a retórica de que a reorientação da formação dos médicos em Coimbra seria integralmente em benefício dos povos, quando o intuito primordial se mostrava na manutenção de integridade do Império Português num contexto de crise de sua legitimidade(NOVAIS, 1981). O povo, no entanto, continuaria carente de assistência medicinal adequada, quando a administração portuguesa modernizava paulatinamente o seu aparato regulador das práticas medicinais.

Tendo isto em mente, objetivou-se na oportunidade de discutir não apenas práticas e técnicas medicinais, mas também acerca do conhecimento de medicina, por parte de um sujeito que a praticou. Entendendo assim, qual era a legitimidade, o reconhecimento, a inserção social e cultural deste conhecimento, e, sobretudo, sobre as formas e disputas de poder que também envolviam a medicina no período colonial. Questões essas, que no caso das leituras, práticas e até mesmo do retorno econômico que a profissão propiciava, extrapolavam os fatores práticos, simbólicos, visíveis e invisíveis da vida em sociedade (BOURDIEU, 1989).

Considerações finais

Sabe-se que no fim do sua carreira, Luis José de Godói Torres, alcançou o maior posto que um médico poderia ocupar dentro da Capitania de Minas, a saber: o de Físico-Mor da Capitania. Além do mais, gozava de respeito em toda Minas em razão de suas conhecidas especialidades¹⁹. Contudo, optou-se neste estudo biográfico por não fazer uma trajetória integral e exata da vida do médico, priorizando assim, os primeiros anos de atuação, e conseqüentemente, as primeiras estratégias de ascensão profissional utilizadas. Preferiu-se privilegiar a fase de formação e dos primeiros anos da carreira justamente por ela estar em concomitância com o início de um contexto político de estabelecimento do racionalismo e modernidade no Império Português, principalmente no que diz respeito ao aparato administrativo.

171

A forma ambígua de como se deu o Reformismo Ilustrado Português, no ténue equilíbrio entre reformar e conservar (VILLALTA, 1999) acabou por complexificar a experiência do pensamento medicinal ilustrado na América Portuguesa. Os sujeitos que, segundos os Estatutos de 1772 deveriam dominar a “arte de conservar e restabelecer a saúde dos homens”²⁰ foram também os homens que se beneficiaram de espaços de atuação e ascensão profissional na medida em que conservavam e restabeleciam os laços entre a América e a Metrópole Portuguesa.

Sendo assim, através da análise da trajetória do Dr. Godói, entende-se

19 O conhecimento do Dr. Godói acerca das plantas medicinais nativas e indígenas de Minas Gerais era reconhecido em todo Império Português, fator que ocasionou uma publicação do médico no conhecido periódico *O Patriota*. TORRES, Luís José de Godói. *Plantas medicinais indígenas de Minas Gerais*. *O Patriota*, p. 62-73, mai.-jun. 1814.

20 *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772*(Livro III) – *Curso das Ciências Naturais e Filosóficas*. Coimbra: Por ordem de Sua Majestade, 1772; pp.17.

que essa geração de sujeitos da ciência gestada em Coimbra pós 1772, formava-se conjugando de maneira intrínseca seus conhecimentos adquiridos em suas respectivas áreas às necessidades econômicas da Nação Lusitânia (CRUZ e PEREIRA, *op.cit.*, 2009b). E, não apenas a metrópole seria beneficiada dessa política fomentista de incentivo à ciência. O avanço das técnicas de exploração de recursos naturais expandiria até os longínquos territórios coloniais, o pensamento ilustrado da Europa (VARELA, *op. cit.*). As demandas econômicas da colônia não acentuariam somente a circulação de amostragens e mercadorias, mas também de conhecimento. Autores, técnicas e pensamentos seriam inseridos no contexto colonial (KURY, 2004), e ascensão inicial da carreira do Dr. Godói, mostra que ele estava atento a conjuntura política.

Recém-formado no contexto da “dobradinha” que tanto trouxe benefícios ao Império Português e conseqüentemente desenvolvimento à Capitania de Minas Gerais, entre o ministro dos domínios ultramarinos D. Rodrigo de Sousa Coutinho e do então governador, Bernardo José Maria Lorena e Silveira; Godói se fez notar como um homem de ciência, sobretudo dentro dos objetivos de modernização de Coutinho a frente do Ministério Estado de Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.

172

E num contexto em que sedições baseadas em questionamento da legitimidade da ligação entre a colônia e a metrópole aconteciam em variadas partes da América Portuguesa, especialmente em Minas, onde a emblemática Inconfidência Mineira se fazia latente na memória dos mineiros e da Coroa, esses homens de ciência colocaram seus conhecimentos a serviço do reformismo que visava manter a integridade do império lusitano (VARELA, *op. cit.*). E a ciências e os benefícios que foram resultados a Minas, corroboraram por atenuar o pensamento sedicioso do período, sobretudo onde ele se fazia mais eminente, que eram as elites intelectuais. O que Caio Boschi (*ibidem*: 108) trata especificamente ao dizer que,

habilmente, no exercício prático de seu reformismo ilustrado, o Estado procurou amortecer nessas elites o potencial dos seus representantes ao regressarem ao seu país de origem, se entregassem a atividades reprodutoras do saber que fossem contrárias a manutenção dos laços de dependência que uniam essas duas partes do Império Português.

Se o Império Português estabeleceu um modelo ideal de práticas científicas a serem seguidas nos domínios ultramarinos – dentre as quais, aqui se destacou as medicinais – entende-se que uma das possibilidades de se ter a noção da recepção

desse modelo na América Portuguesa, é analisar cuidadosamente a trajetória dos sujeitos responsáveis pela expansão da ação modernizadora do Estado Português. Conferiu-se, que como no caso de Godói, cargos, títulos e mercês foram distribuídos entre esses sujeitos.

Ao passo que o desenvolvimento se seguia, os intelectuais se atinavam às demandas econômicas e se enquadravam nos ideais reformistas do Império. E essa trama, permitia que esses indivíduos gozassem em quase todas as suas carreiras, desde o início ao fim, de espaços de ascensão. Contudo, os sucessos profissionais, que no caso da medicina deveriam estar direcionados ao benefício da saúde dos povos, obstante estavam diretamente ligados ao quão os médicos estavam dispostos a se acondicionar às ordens e necessidades da Coroa.

Referências Bibliográficas

Fontes manuscritas:

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Inventários. 1º ofício. Códice 33. Auto 786. Inventário de Domingos Gonçalves Torres; 1761.

173

Inventários. 1º ofício. Códice 109. Auto 2244. Inventário de Luis José de Godói Torres; 1824.

Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate

CD 42; Caixa 143; Documento 46; 28/08/1797.

CD 43; Caixa 148; Documento 8; 13/03/1799.

CD 43; Caixa 148; Documento 36; 10/05/1799.

CD 51; Caixa 178; Documento 50; 30/12/1805.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo(Torre do Tombo Online)

Avulsos. Autos da Inquisição de Lisboa. Maço 1119. Auto15549.

Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos.

Coleção Casa dos Contos – I-10, 16, 014, nº001.

Coleção Casa dos Contos - I-10, 18, 026, nº001.

Coleção José Bonifácio – I-4, 32, 080; 25/10/1801.

Fontes impressas:

Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772(Livro III) – *Curso das Ciências Naturais e Filosóficas*. Coimbra: Por ordem de Sua Majestade, 1772.

TORRES, Luis José de Godói. *Plantas medicinais indígenas de Minas Gerais*. O Patriota, p. 62-73, mai.-jun. 1814.

Bibliografia:

ABREU, Jean Luiz Neves. “A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América Portuguesa”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, 2007; pp.761-778.

_____. *Nos domínios do Corpo: o saber medicinal luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

BOSCHI, Caio César. “A Universidade de Coimbra e formação intelectual das elites mineiras coloniais”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n.7, 1991.

174

BOTO, Carlota. O curso de Medicina da universidade pombalina: ciência e pedagogia no Iluminismo português. In: FONSECA, Thaís Nívea de Lima(org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011; pp.9-48.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da.; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “Ciência, identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2009.

_____. “Ciência e memória: aspectos da reforma da Universidade de Coimbra de 1772”. *Revista de História Regional*, v.14, n.1, 2009.

FIGUEIREDO, Fernando B. “A faculdade de Mathematica da Universidade de Coimbra(1772-1820): um ensaio estatístico”. *Suplemento do Boletim da SPM 65*, Coimbra, outubro, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas Colonial”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.41, p.88-105, 2005.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e A Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

KURY, Lorelai Brilhante. “A ciência útil em *O Patriota*(Rio de Janeiro, 1813-1814)”. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v.4, n.2, 2011.

_____. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações(1700-18010)”. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.11, 2004.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. O criador e a criatura: o naturalista Joaquim Veloso de Miranda e o Horto Botânico de Vila Rica. In: ALEGRIA, João. *Projeto Vale dos Contos*. Ouro Preto: 2012.

_____. “Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.4, 2009.

MALATIAN, Teresa. “A biografia e a História”. *Cadernos CDEM*, 2008.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)* São Paulo: Hucitec, 1981.

175

PINTO, Francisco Eduardo. “Avanço da agricultura sobre as terras indígenas da capitania de Minas: distribuição de sesmarias nos sertões dos rios Pomba e Peixe (1750-1822)”. In: XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, Diamantina-MG. *Anais do XIV Seminário Sobre a Economia Mineira*: CEDEPLAR/UFMG, 2010.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência os trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

VARELA, Alex Gonçalves. *Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva(1780-1819)*. São Paulo: Annablume, 2006.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. 1999. Tese. Programa de Pós Graduação em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.